



## **Socioeconomias alternativas em áreas rurais: o protagonismo da mulher rural contra a lógica de expansão do capital.**

*Alternative socioeconomies in rural areas of Ceará: the role of rural women against the logic of capital expansion.*

CUNHA, Francisco Eduardo de Oliveira<sup>1</sup>; SILVA, José Renan Nunes de Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Piauí-UFPI, eduoliveira@ufpi.edu.br; rennanoliveira09@gmail.com

### **Eixo Temático: Mulheres, Feminismos e Agroecologia**

**Resumo:** Sob a manifestação do agronegócio, observa-se um processo agressivo de expansão de uma lógica produtiva hegemônica que invade e se apodera da cultura, dos costumes e das práticas socioeconômicas, nativamente pertencentes ao meio rural. Em resistência, verificam-se alternativas viáveis e de ruptura dessa racionalidade produtiva. Neste cenário contraditório, as experiências do movimento da economia solidária e agroecológico, não se limitam a uma dimensão econômica e de geração de trabalho e renda, mas se apresentam como possibilidades de espaços de debates e luta, possibilitando o empoderamento dos sujeitos rurais, sobretudo as mulheres. Diante do exposto, o referido trabalho se propõe analisar a experiência sócio produtiva das mulheres do assentamento Santa Rita, em Aratuba, Ceará, com vistas a identificá-las como evidências de alternativas possíveis para uma nova *socioeconomia*, que transcenda os meros aspectos social, econômico e ambiental, alcançando também o político e cultural.

**Palavras-chave:** Economia Solidária; Transição Agroecológica; Agricultura Feminina.

**Keywords:** Solidarity economy; Agroecological Transition; Women's Agriculture.

### **Introdução**

De acordo com Marx (1999) “*todo o progresso na agricultura capitalista significava progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo*” (MARX, 1999, p 571). A referida constatação histórica se torna explícita, sobretudo no meio rural brasileiro, a partir da segunda metade do século passado, ao se verificar que nosso espaço agrário tem experimentado transformações devastadoras sob a prática do agronegócio. É razoável admitir que esteja em curso um processo agressivo de expansão de uma lógica produtiva hegemônica que invade e se apodera da cultura, dos costumes e das práticas socioeconômicas nativamente pertencentes ao meio rural, causando transformações profundas nas paisagens, na terra, na sociabilidade e principalmente, no trabalho humano (SILVA; MONTEIRO; BARBOSA, 2017).

Uma das transformações recentes ocorrida no espaço agrário brasileiro repousa nas relações de trabalho da zona rural, onde camponeses/as migram de produtores/as autônomos/as para trabalhadores/as assalariados/as, sujeitos “livres”, mas subsumidos/as à lógica de controle e ritmos, de intensificação e superexploração de sua mercadoria, sua força de trabalho. Somado à discussão da relação capital-natureza-trabalho, têm-se as relações desiguais de gênero. No capitalismo, historicamente se verificou na geração de postos de trabalho, uma subestimação do papel da mulher. Embora se perceba considerável aumento do espaço alcançado por



elas no mundo do trabalho, uma análise não crítica, de meros números, pode esconder o caráter degradante implícito em sua manifestação. O aumento do trabalho feminino apresenta um movimento inverso quando analisado sob a temática salarial e de direitos sociais conquistados. Persiste ainda uma considerável desigualdade entre homens e mulheres. Desse modo, uma crítica ao capital, enquanto relação social, deve necessariamente conter não somente a dimensão de exploração das relações capital/trabalho, mas, sobretudo, as manifestações opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero-para-si-mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher (ANTUNES, 2000, p. 54).

Diante do exposto, compreende-se que o meio rural seja um espaço fecundo em que se germinam movimentos de tensões e reações ao capital, que sinalizam para alternativas viáveis e rompedoras dessa racionalidade produtiva hegemônica. Logo, somos instigados/as a refletir alternativas socioeconômicas contrárias a esse processo dialético de produção de riqueza e miséria imanentes à reprodução do capital. Neste cenário, as experiências no movimento da economia solidária e da agroecologia, se apresentam e não se limitam a uma dimensão exclusivamente econômica e de geração de trabalho e renda, mas também como possibilidades de espaços de debates e luta, com vistas ao empoderamento dos sujeitos rurais, uma vez que ao participarem democraticamente das discussões e decisões coletivas, tornam-se indivíduos mais conscientes e realizados pessoalmente no que fazem (SINGER, 2006). Com efeito, as mulheres que historicamente foram subestimadas no capitalismo ou aproveitadas como força de trabalho barata, ao participarem desses empreendimentos, além do acesso à renda, fortalecem o sentimento de pertencimento e experienciam o processo de empoderamento a partir do desenvolvimento da liberdade de ação e decisão dentro do meio em que elas estão inseridas (OLIVEIRA, 2005).

Nessa perspectiva de se verificar e descrever indícios empíricos de potenciais caminhos alternativos à lógica degradante do capital em áreas rurais, o presente trabalho lançou-se na investigação das práticas produtivas das mulheres do assentamento Sítio Santa Rita, no maciço de Baturité, Aratuba, estado do Ceará, a fim de contribuir no premente discurso das liberdades femininas. Por fim, nosso objetivo maior é descrever e analisar estes processos sócio produtivos, buscando-se legitimá-los enquanto evidências de economia solidária e agroecologia, na perspectiva de intervenções para a manutenção e/ou melhoria de vida e de atuação política das mulheres das áreas rurais, bem como discutir seus direitos e suas liberdades.

## **Metodologia**

O assentamento Sítio Santa Rita está localizado dentro da Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité, no município de Aratuba, Ceará. Criado em 1991 pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE, através do Programa de Reforma Agrária Estadual, é fruto da incessante luta de seus moradores/as pelo acesso a terra, apoiado e organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST. Atualmente o pequeno assentamento é composto por 12 famílias que



buscam desenvolver suas terras, através de um processo continuado de melhoria de suas condições de vida em suas dimensões econômica, social e ambiental. Predominantemente sobrevivem da agricultura familiar, buscando transitar para práticas agroecológicas, bem como das relações de produção, comercialização e consumo em que se verificam elementos da economia solidária.

Lançando-se na análise do objeto de estudo apresentado, quanto à abordagem do problema, o referido trabalho se enquadra como qualitativo, pois se intenciona em analisar as práticas sócio produtivas das mulheres do referido assentamento, na perspectiva de sinalizarem para uma melhor compreensão da manifestação de economia solidária e da agroecologia como alternativas produtivas e de sociabilidade viáveis, que se coadunem com os anseios de outra racionalidade e que evidenciem também o papel autônomo e protagonista da mulher em suas diversas dimensões. Para atingir seus objetivos a pesquisa se classifica como exploratória e descritiva, pois nela se pretende além de descrever os aspectos buscados nas experiências de produção e sociabilidade, identificá-las como evidências de alternativas possíveis para uma nova sócio economia, que transcenda os meros aspectos social, econômico e ambiental, atingindo o político e o cultural. Quanto à coleta dos dados, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para um embasamento teórico da discussão, optando-se também por uma pesquisa documental, a partir de informações do assentamento, ocorrendo, ainda, pesquisas *in loco* onde se aplicaram metodologias de diagnóstico participativo, como *Diagnóstico de Sistemas Agrários – DSA*, utilizada pelo INCRA para desenvolver Planos de Desenvolvimento Territorial em assentamentos. Enfim, os instrumentos de dados nos forneceram subsídios concretos para uma análise de seus aspectos sociais, econômicos, ambientais, políticos e também culturais, caracterizando-se ainda e, portanto, como um estudo de caso, ou seja, que buscou evidências empíricas de economias alternativas de enfrentamento às crises do capitalismo e que se mostrem como espaços de emancipação dos seres humanos e, sobretudo da mulher, com posturas contra hegemônicas ao capital.

## **Resultados e Discussão**

Atualmente existem no assentamento 12 famílias das quais 10 vivem exclusivamente da agricultura familiar. Excluindo-se crianças e idosos, a população produtiva do assentamento se distribui entre 9 homens e 28 mulheres. Além de tratar-se de um empreendimento predominantemente agrícola e feminino (76% da população produtiva, companheiras e filhas) o assentamento Santa Rita se apresenta como um espaço de protagonismo da mulher, tanto no processo produtivo, quanto nas decisões políticas.

O Sítio Santa Rita tem buscado implementar um processo de transição agroecológica, iniciado no ano de 2006. Nas práticas produtivas, constata-se que os ciclos de nutrientes, energia, água e resíduos não se encontram fechados a um nível ótimo na perspectiva sugerida pelas práticas agroecológicas. O plantio de leguminosas no intercalamento de cultivos não é utilizado, mas apenas a prática de pousio e também de rotação de culturas. Percebe-se que parte das agricultoras reconhece a



importância de tais práticas para o processo de fertilização natural do solo, entretanto, as mesmas não ocorrem por fatores como comodismo e falta de incentivo e/ou orientação, bem como por parte da produção ser destinada à comercialização, logo devendo atender às exigências do mercado consumidor, com produções em velocidades excessivamente maiores que as da própria natureza.

No assentamento inexistem áreas de preservação permanente e de reserva legal formalizadas, demarcadas e averbadas em cartório. Entretanto, é observada uma área a qual permanece reservada para fins de conservação, preservação e manutenção de fauna e flora local, recursos hídricos, solos, entre outros recursos, delimitadas por iniciativa própria das agricultoras. Quanto ao uso de agrotóxicos e fertilizantes artificiais, estes foram abolidos quase que definitivamente do assentamento, sendo utilizados exclusivamente na produção de alface e repolho, em virtude de referida produção destinar-se principalmente à comercialização, tendo que atender às quantidades exigidas pelos compradores da capital Fortaleza.

Enfim, percebe-se de fato a boa intenção das agricultoras em manter o equilíbrio no ambiente em que vivem e que tiram seu sustento, carecendo apenas de orientações, assistência técnicas e demais apoios institucionais e de movimentos sociais na localidade. Não à toa, se verifica um bom nível de conservação ambiental em toda a área do assentamento, conforme parecer de técnicos agrícolas e ambientais, observados na elaboração do Plano de Assentamento (ACACE, 2008).

Quanto aos aspectos da economia solidária, o assentamento Santa Rita apresenta um nível de cooperação bastante desenvolvido. Todas as agricultoras demonstram interesses em participar das decisões, mesmo sendo observada confiança e depositada credibilidade na presidente da associação de moradores. O que se verifica de fato é que tal incumbência de presidir a associação se dá para fins legais de representatividade da comunidade perante órgãos e demais instituições. As decisões acerca da gestão são tomadas coletivamente.

No assentamento existem meios de produção coletivizados, bem como as negociações de comercialização que também são coletivas. Dessa forma, a distribuição se dá pela venda/comercialização proporcional à produção individual de cada família. Ainda assim, verifica-se a ajuda mútua na produção e colheita. Inexistem redes de colaboração com outros assentamentos, salvo a participação em feiras solidárias no centro de Aratuba e nos municípios de Baturité e Canindé. Entretanto, as dificuldades de logística são fatores limitantes para a continuidade. Ratifica-se, ainda, a baixa presença de ONGs e instituições de fomento atuando no assentamento no propósito de incentivar redes solidárias e de cooperação.

Na ótica das agricultoras, a renda familiar (monetária e não monetária) é satisfatória. O excedente produtivo é de certa forma elevado e propicia às famílias uma boa renda monetária. Do ponto de vista alimentar, a produção do assentamento chega a um bom nível de soberania, uma vez que as agricultoras pouco recorrem a mercados externos, sendo apenas para comprar complementos alimentares em baixa quantidade, não produzidos pelo assentamento. Enfim, mesmo com as dificuldades de



comercialização, não se observam nas falas das produtoras, queixas quanto às condições econômicas. Ao contrário, as agricultoras falam com satisfação de suas rendas e costumeiramente citam acerca da exuberância da natureza ao qual elas convivem diariamente, concorrendo para uma ótima qualidade de vida, coletiva, que são impagáveis.

O Sítio Santa Rita é desprovido de atuações efetivas de movimentos sociais organizados, bem como não se observam muitas ações no sentido de promoverem endogenamente tais mobilizações. Com efeito, grande parte das agricultoras não se atualiza com cursos, melhoramentos de técnicas, nem participa de seminários com frequência. Já outra parcela busca por minicursos, participa de congressos, feiras em Aratuba e também demais municípios do Maciço de Baturité. No entanto, são ações esporádicas de algumas agricultoras e que não tem a devida divulgação e disseminação dentro do assentamento. Por fim, quanto à troca de experiências, conhecimentos e saberes, verificou-se algumas manifestações tímidas de compartilhamento de técnicas agroecológicas

## Conclusões

A partir da análise junto às produtoras rurais, percebe-se que o assentamento Sítio Santa Rita passa por uma tímida transição e adaptação agroecológica, que vem ocorrendo lentamente há aproximadamente 13 anos. Quanto aos elementos de economia solidária, estes começaram a se manifestar um pouco antes, quando as famílias produtoras do assentamento atuavam em feiras de economia solidária, o que acabava inserindo-as naturalmente na dinâmica do movimento.

As agricultoras reconhecem inúmeras dificuldades, que vão desde o apoio técnico, até a comercialização, ou seja, de inserirem-se na competitividade do mercado mesmo buscando produzir de forma ecológica, econômica e socialmente correta e responsável. Embora o assentamento priorize a auto sustentação, a produção excedente para venda ainda se apresenta como uma necessidade das produtoras.

Por fim, o que talvez seja o maior impacto da experiência sócio produtiva do assentamento, é a manifestação do protagonismo da mulher na determinação de suas rendas, seus sustentos e, sobretudo sua atuação política e democrática nas decisões do coletivo, ratificando a autonomia e empoderamento da mulher através da promoção de *socioeconomias* alternativas contrárias à lógica do capital.

## Referências bibliográficas

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ª Ed. Campinas, SP: Unicamp, 2000.

ASSOCIACAO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DO ESTADO DO CEARÁ – ACACE. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA**. Santa Rita / Aratuba. Aratuba: ACACE, 2008.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

**XI CBA**  
**Congresso**  
**Brasileiro de**  
**Agroecologia**  
Ecologia de Saberes:  
Ciência, Cultura e Arte na  
Democratização dos  
Sistemas Agroalimentares



MARX, K. **O capital**. Crítica da Economia Política. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

OLIVEIRA, A. L. O. A trajetória de empoderamento de mulheres na Economia Solidária. **Revista Gênero**. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: 2005. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/390/294>. Acesso em: 01 jun. 2019.

SILVA, A. J. da; MONTEIRO, M. do S. L.; BARBOSA, E. L.. Territorialização da agricultura empresarial em Uruçui/Pi: de “espaço vazio” aos imperativos do agronegócio. **Caderno de Geografia**, v.27, Número Especial 1, 2017.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2006.